

DISCURSOS SOBRE PROGRESSO E MODERNIZAÇÃO NO JORNAL *O ESTADO DE MATO GROSSO* – 1970/71

SPEECHES ABOUT PROGRESS AND MODERNIZATION IN NEWSPAPER *O ESTADO DE
MATO GROSSO* - 1970/71

Carlos Alexandre da Silva Souza

Mestrando em História pela UFMT

E-mail: carlosalexandreufmt@yahoo.com.br

Resumo: O trabalho aqui exposto versa sobre a história recente do Brasil e de Mato Grosso e tem como objetivo refletir sobre os aspectos apresentados quanto à modernização e progresso deste estado através das publicações do Jornal *O Estado de Mato Grosso* durante um período da Ditadura Civil-Militar instaurada em 1964. Delimitando o espaço de análise nos anos de 1970 e 1971, enfocamos a representação posta no impresso sobre as transformações advindas com o Regime Autoritário, e de que maneira estas publicações dialogam com o contexto e às ideias postas como positivas durante o período.

PALAVRAS-CHAVE: Modernização e progresso; imprensa e Estado; autoritarismo.

Abstract: The work here presented deals with the recent history of Brazil and Mato Grosso and aims to reflect on aspects designed as the modernization and progress of the state through the publications of the newspaper *O Estado de Mato Grosso* during a period of civil-military dictatorship established in 1964. Confining the analysis of space in the years 1970 and 1971, we focused on the representation put into printed on the resulting changes with the authoritarian regime, and how these publications dialogue with the context and to put as positive ideas during the period.

KEYWORDS: Modernization and progress; press and State; authoritarianism.

Mundo sem fronteiras – era o título do discurso pronunciado pelo general Emílio Garrastazu Médici em 30 de outubro de 1969, data de sua posse, em Brasília. Era a ascensão do terceiro presidente-general após o golpe civil-militar de 1964 que pôs fim, de forma violenta, ao mandato legal do presidente João Goulart. “*Homem da fronteira, creio em um mundo sem fronteira entre os homens.*”¹ O discurso se pautou grandemente na ideia de uma integração entre as partes de um Brasil continental, caracterizado por distâncias seculares tanto na estrutura física quanto nas questões sociais e culturais.

Em 1970, o ditador-general chancelou a criação do Programa de Integração Nacional – PIN², com a ideia de ligar as regiões isoladas aos grandes centros. Obras faraônicas deste período ficaram para nós como legado (positivo ou não) escancarado dos “Anos de chumbo”, sagrando-se como uma memória histórica bastante relevante no que se refere a uma das faces do Regime Militar no Brasil. Um exemplo que representa grandemente a ideologia propagada é a construção da rodovia Transamazônica. Da seca impiedosa no Nordeste do país à densa e úmida Floresta Amazônica, a estrada representava o novo caminho do sertanejo para uma terra “desocupada”, pronta para ser cultivada e povoada no Norte do país. A seca e a fome ficariam para trás, com a promessa de um novo mundo possível com a abertura da estrada. O que aconteceu na prática é que a rodovia não foi, até hoje, totalmente pavimentada, e a seca no Nordeste continuou, impiedosa e recorrente, tendo o nordestino como vítima.

A fronteira que Médici se referia em seu discurso merece aqui atenção. A Nova Fronteira Agrícola³, incentivada fortemente pelos governos militares e financiada enormemente em seu mandato compreendia, em 1970 os estados de Mato Grosso, Amazonas e Rondônia, até então considerados isolados, distantes dos grandes centros e onde, segundo o governo, prevalecia o “território vazio”, o espaço a ser ocupado, fundante da máxima “integrar para não entregar” apropriada pelo exército. Neste sentido, a integração aqui se daria primeiramente pela abertura de rodovias como forma de ligar povos e regiões, mas principalmente, como corredor e distribuidor de populações para esses “espaços desocupados”. No mesmo sentido, a construção da rodovia BR 163, chamada de Cuiabá-Santarém, trazia no bojo o mesmo ideário da ocupação, neste caso, do norte de Mato Grosso até os rincões longínquos da Transamazônica no Pará e inseria-se também no projeto de integração do país. Ao tratarmos aqui de ocupação

¹Ver “Biblioteca da Presidência da República”. Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/emilio-medici/discurso-de-posse>; acesso em 01/09/2014.

²SANTANA, Arthur Bernady. “A BR 163: Ocupar para não entregar. A política da ditadura militar para a ocupação do “vazio” Amazônico.” ANPUH - XXV Simpósio Nacional de História, 2009 p. 03.

³LUXEMBURGO, Rosa. “A acumulação do capital.” Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

de “espaços vazios”, valemo-nos da simplista afirmação de governos brasileiros dos séculos XIX e XX que desconsideravam as centenas de nações indígenas que, inquestionavelmente, possuíam e viviam nestas terras consideradas desocupadas. Ainda, ao tratar essas regiões como vazias, desconsiderava-se que a ocupação deste território é antiga, deixando de reconhecer a existência de posseiros, quilombolas, garimpeiros, ribeirinhos, entre outros, que aqui lidavam com a vida e o espaço muito antes da intervenção do Estado.⁴ A fronteira aqui “*tem um caráter litúrgico e sacrificial, porque nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem o domina, subjuga e explora. [...] é na fronteira que encontramos o humano no seu limite histórico*”⁵. A investida do Governo Militar nestas regiões foi justificada, do ponto de vista da imagem que se pretendia passar, pela ideia de que povoar os “espaços vazios” seria um passo importante para levar o progresso à estas regiões para que, assim, a modernidade alcançasse o todo do território brasileiro.

A MODERNIDADE QUE ATRAVESSA O ATLÂNTICO.

Quando Erick Hobsbawm afirmou que “*a história dos países atrasados nos séculos XIX e XX é a história da tentativa de alcançar o mundo mais avançado por meio de sua imitação*”⁶, estava de certa forma, contribuindo para a tradução de uma ideia de modernização que ainda hoje se busca compreender. A ideia de viver em um dado lugar que represente o atraso, arcaico, o velho, o ultrapassado, só é existente porque há a possibilidade de também se viver em outro lugar que represente o novo, o inédito, o moderno. Seria um tanto incoerente afirmar que algo está ultrapassado, se o moderno não existisse sequer como possibilidade. Para Marshall Berman, ser moderno é *encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor — mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos.*⁷ Este autor define a vida moderna como inserida em um turbilhão, no sentido que Jean-Jacques Rousseau utilizou o conceito para expressar sua experiência com a modernidade.

O turbilhão da vida moderna tem sido alimentado por muitas fontes: grandes descobertas nas ciências físicas, com a mudança da nossa imagem do universo e do lugar que ocupamos nele; a industrialização da produção, que transforma conhecimento científico em tecnologia, cria novos ambientes humanos e destrói os

⁴GALETTI, Lylia da Silva Guedes. “*Sertão, fronteira, Brasil: imagens de Mato Grosso no mapa da civilização.*” – Cuiabá – MT: Entrelinhas. EdUFMT, 2012.

⁵MARTINS, José de Souza. “*Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*”. São Paulo: Contexto, 2009.

⁶ROBSBAWM, Erick. “*Dentro e fora da História*”. In: “*Sobre História*”. São Paulo. Companhia das Letras, 1998.

⁷BERMAN, Marshall. “*Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade*”. São Paulo. Companhia das letras, 1986.

antigos, acelera o próprio ritmo de vida, gera novas formas de poder corporativo e de luta de classes; descomunal explosão demográfica, que penaliza milhões de pessoas arrancadas de seu habitat ancestral, empurrando-as pelos caminhos do mundo em direção a novas vidas; rápido e muitas vezes catastrófico crescimento urbano; sistemas de comunicação de massa, dinâmicos em seu desenvolvimento, que embrulham e amarram, no mesmo pacote, os mais variados indivíduos e sociedades; Estados nacionais cada vez mais poderosos, burocraticamente estruturados e geridos, que lutam com obstinação para expandir seu poder; movimentos sociais de massa e de nações, desafiando seus governantes políticos ou econômicos, lutando por obter algum controle sobre suas vidas; enfim, dirigindo e manipulando todas as pessoas e instituições, um mercado capitalista mundial, drasticamente flutuante, em permanente expansão.⁸

Marx percebeu o âmbito da vida moderna como uma contradição. Criticou veementemente a maneira como a sociedade capitalista concebe a modernidade sobrepondo conceitos de humanidade em detrimento de um suposto avanço tecnológico, baseado, sobretudo, no poder que alguns homens passam a exercer sobre a maioria.

Na mesma instância em que a humanidade domina a natureza, o homem parece escravizar-se a outros homens ou à sua própria infâmia. Até a pura luz da ciência parece incapaz de brilhar senão no escuro pano de fundo da ignorância. Todas as nossas invenções e progressos parecem dotar de vida intelectual às forças materiais, estupidificando a vida humana ao nível da força material.⁹

Buscando clarear a ideia que se busca discutir acerca da modernidade neste trabalho, concebamos a Paris medieval até o século XIX à cidade planejada e meticulosamente desenhada para incorporar um novo espírito modernista, descrita na obra de Charles Baudelaire, um *flâneur* na capital cultural do mundo. Ao esbanjar uma nova organização urbanística, baseada na amplitude e na imensidão de seus higiênicos *boulevards*, o compromisso de “ser moderno” da ideologia parisiense se espalhou pelo planeta, como não poderia ser diferente uma vez que o centro difusor de cultura e, assim, de organização social era a França pós-revolucionária. Romper com o atraso daquelas sujas, fétidas e obscuras ruelas onde o ar se fazia denso e úmido foi um importante passo para que a nova Paris se fizesse moderna, pronta para o novo mundo que ela mesma criava a partir da grande reforma empreendida pelo Barão Haussmann, no século XIX¹⁰. Da cidade velha com características medievais, representação de uma era ultrapassada e decadente à capital do mundo, ampla, grande, símbolo da vida fluida e saudável, onde o novo se fazia na rua e na vida cotidiana, Paris, a agora cidade-luz, esbanjava as suas inovações urbanas e culturais para todas as grandes capitais que, por influência e por alçarem também a gloriosa modernidade, seguiram seu modelo.

⁸ BERMAN, Op. Cit. 1986.

⁹MARX, Karl apud. BERMAN op. cit. p. 18.

¹⁰MENEZES, Marcos Antônio de. “O Poeta Baudelaire e a cidade de Paris” –. In. REVISTA COLETÂNEAS DO NOSSO TEMPO, Rondonópolis - MT, v. VII nº 8, p. 113 a 128. 2008.

Do outro lado do Atlântico, em uma república que buscava se fazer inovadora, rompendo com anos de um colonialismo baseado na exploração e uma era imperial que acabara de ruir, a cidade do Rio de Janeiro, anos mais tarde (início do século XX) se projetava também na modernidade. Com desenhos bastante invejados da capital francesa, o renomado matemático e engenheiro Pereira Passos, ao assumir a prefeitura da cidade, não tardou em alargar avenidas, embelezar jardins, abrir túneis para a expansão da Zona Sul, pavimentar estradas e cuidar de calçadas, requalificar o porto e os mercados da cidade. O objetivo? A grande capital seria também a moderna cidade sul-americana, embora mais europeia do que tupiniquim. Assim, com as reformas na cidade do Rio de Janeiro, a capital do Brasil passava a considerar-se e mostrar-se como um lugar propício ao novo, ao inédito e tão sonhado mundo moderno no século XX.

Em razão das particularidades do Brasil em contraponto com as infinitas diferenças entre o hemisfério Norte e o Sul, entre o sul da América e o oeste europeu, no que se refere aos contextos sociais, climáticos, estruturais, entre outros, a imagem de Paris, buscada pelo Rio de Janeiro como identidade própria não funcionou muito bem. A ideologia higienista utilizada para implementar (impondo) a abrupta transformação fez gerar, na cidade, problemas que ainda hoje assolam não só aquela região mas que se espalharam por todo o país. A modernidade carioca, inspirada na *Belle Époque* parisiense deu muito certo na planície do centro do Rio de Janeiro, mas devastou a paisagem natural daquela cidade ao fazer com que os marginalizados, literalmente, fossem para a margem, o contorno, a periferia que, no Rio, configura-se nas montanhas e morros encobertos pela Mata Atlântica.

Bem executado ou não, o projeto de transformar a capital do Brasil em uma cidade moderna fez com que as próprias organizações locais do interior do país passassem a moldar suas cidades também com o objetivo único de alçar à modernidade. As cidades, a partir de sua exuberante “capital moderna”, começaram a transformar-se drasticamente. Um país que na infância de sua república buscava ainda se afirmar como nação,urgia por mostrar que o atraso estava sendo superado e que a modernidade começava a chegar aos mais longínquos lugares do país-continente.

Nas décadas posteriores às reformas na capital, ainda na primeira metade do século XX, o processo de ruptura com o passado considerado arcaico do país mostrou-se, do ponto de vista da estrutura física, acelerado. Abertura de estradas e construção de ferrovias, novas cidades passaram a existir nos rincões do Brasil e as já existentes, iniciaram seu processo de adequação ao novo mundo que chegava com o país se inserindo no contexto do mundo

moderno, a partir da embrionária industrialização. A tese de modernidade chegou aos lugares distantes de forma muito parecida como chegou ao Rio de Janeiro: o sertão, arcaico, passava a se espelhar na capital, a cidade moderna. A capital do país passava a se modernizar embasada na capital francesa, enquanto as cidades do interior brasileiro se miravam a própria cidade do Rio.

No Oeste do Brasil, o sertão longínquo, terra de passagem para se chegar ao “selvagem” Norte coberto pela densa floresta, o processo de modernização se fez nítido: a criação de uma cidade no centro do estado de Goiás na década de 1930, para abrigar uma metrópole administrativa, e a adequação da velha capital de Mato Grosso, a cidade de Cuiabá, para alçar também a imagem de cidade moderna, que fizesse jus ao título de capital de uma região que também se renovava. Situamo-nos aqui na chamada Era Vargas ou Estado Novo. Na capital de Mato Grosso, o projeto modernizador se traduziu na urbanização do centro da cidade: reformas na Avenida Getúlio Vargas, construção do Grande Hotel e do Cine-teatro Cuiabá e demais repartições públicas. *“A construção de obras públicas foi uma das formas para se alcançar a tão sonhada modernidade a fim de romper com um passado colonial que se considerava obsoleto e ultrapassado.”*¹¹

Passado o período da Marcha para o Oeste, movimento que carregou grandemente a ideia de progresso através da conquista e ocupação dos grandes espaços considerados desocupados pelo governo republicano, encontramos no decorrer do tempo, outro ápice de propaganda da chegada da modernidade a este lugar pelo qual passamos a nos debruçar a partir de agora: o estado de Mato Grosso na década de 1970, os “sombrios” anos da Ditadura Militar que rompeu com a ínfima experiência democrática no país a partir do fim do Estado Novo. Neste período, difundiu-se enormemente o discurso referindo-se à tese de modernidade e progresso que passaria a fazer parte do estado. Exemplos desse discurso são: a criação da Universidade Federal de Mato Grosso em 1970, a abertura da rodovia 163 – Cuiabá-Santarém –, a construção do Centro Político e Administrativo de Mato Grosso (CPA), entre outras.

Nos moldes como a modernidade foi encarada desde a França do Barão Haussmann, ao Rio de Janeiro de Pereira Passos, alcançando a Cuiabá dos anos 1970, podemos concluir que o “ser moderno” está intrinsecamente ligado à ideia de urbanização, de rompimento com tudo o que possa ser rural, uma vez que este lembra o distante e o arcaico; também se liga à tese da industrialização, onde o valorizado já não é mais o natural, e sim, o transformado pelo homem.

¹¹VIEIRA, Thaís Leão. *“História e arquitetura teatral: a construção de Cine-Teatro Cuiabá como discurso de modernização do sertão.”* In.: *“História Cultural”*. PATRIOTA, Rosângela; RAMOS, Alcides Freire (org.) 1ª ed. – São Paulo: Hucitec, 2014. P.46.

Porém, muito mais abrangente é um conceito de modernidade que se aproxime de uma insaciável busca de alcançar o futuro, ao preço de uma certa anulação do presente, e, claro, de uma negação da existência do “espaço de experiência”, conceito elaborado por Reinhart Koselleck. Esta conceituação passa a engendrar uma discussão que se baseia na transformação da ideia de tempo. “[...] na era moderna, a diferença entre experiência e expectativa aumenta progressivamente, ou melhor, só se pode conceber a modernidade como um tempo novo a partir do momento em que as expectativas passam a distanciar-se cada vez mais das experiências feitas até então.”¹² É com estas bases que partimos para a compreensão dos discursos acerca do projeto modernizador imposto pela Ditadura.

O BRASIL MODERNO NAS PÁGINAS DO JORNAL

A década de 1970 se iniciou sob a égide de um decreto presidencial baixado no fim de 1968, que ordenaria todas as ações do Regime Militar dali por diante. O Ato Institucional número 5 ficou historicamente conhecido como “o golpe dentro do golpe” pelo grau de intolerância que representava os moldes da atuação política durante aqueles próximos anos. Rompeu com todas as liberdades individuais e institucionais que ainda não haviam sido afetadas pela repressão desde a derrubada de Jango. Com o decreto, o presidente da república detinha totais poderes para caçar mandatos constitucionalmente atribuídos, proibir que a população frequentasse certos lugares que representassem a possibilidade de qualquer organização de oposição, criminalizar todo e qualquer movimento social, censurar todos os meios de informação, entre outros.

Foi neste contexto que nasceu (ou criou-se) uma certa consciência no Brasil de que a modernização estaria em pleno auge, uma vez que os saltos na economia do ponto de vista do cenário internacional logravam números audaciosos e admiráveis a qualquer liberalista. Assim, o período que se concentra o mandato de Emílio Garrastazu Médici é, de fato, um momento de grande efervescência tanto política quanto social e, portanto, pensar a sociedade incluída neste processo se faz necessário. Deste modo, aqui concentramo-nos em perceber como estes discursos sobre o “*Brasil grande*” difundiram-se em meio a um contexto de ambiguidades, quais sejam a do *milagre econômico* e da repressão às liberdades dos sujeitos envolvidos neste processo.

Os anos de 1970 e 1971 podem ser, no jornal ao qual nos debruçamos, percebidos dentro deste íterim caracterizado pela famigerada divulgação do suposto progresso alcançado após o

¹² KOSELLECK, Reinhart. “*Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.*” Rio de Janeiro: Contraponto. Ed. PUC-Rio, 2006

Golpe e sob comando dos governos militares. O início de 1970 “*é, por excelência, o tempo da tortura, dos alegados desaparecimentos [...]. É também, para a classe média, o tempo de melhorar de vida*”.¹³ Sendo um dos objetivos do governo Médici a chamada Integração Nacional e buscando construir uma infraestrutura que possibilitasse o processo de inserção das longínquas regiões do país na lógica do capital, a Ditadura tinha como plano de desenvolvimento básico a construção de grandes obras cujo fim seria este: elevar o Brasil ao patamar de país desenvolvido, quiçá, moderno. Neste sentido, o Jornal *O Estado de Mato Grosso* não tardou em divulgar os projetos do Governo Federal no que tange a este objetivo. Esta afirmação é possível graças à análise que fazemos das matérias publicadas em 1970 e 1971. A propagação de um ufanismo por parte do regime, e, assim, a divulgação de que a economia, alçada a uma das mais altas do mundo na década de 1970 (média de crescimento PIB de aproximadamente 10% ao ano) seria o “passaporte” para o futuro são características deste período. Através de mensagens acerca do potencial econômico do país, a busca por aceitação ao regime se fazia cotidiana.

¹³ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares, WEIS, Luiz. “*Carro-zero e pau de arara: O cotidiano da oposição de classe média ao regime militar.*” In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. (org.) “*História da Vida privada no Brasil*” Vol. 4. São Paulo. Companhia das Letras, 1998.



Figura 1 - Jornal *O Estado de Mato Grosso*, 15 de novembro de 1970.

Em matéria publicada em novembro de 1970 (figura 1), o ex-ministro do Comércio e Indústria, general Edmundo de Macedo Soares e Silva saudava o crescimento da economia e reforçava a premissa de que a “liderança do país” deveria continuar agindo da mesma maneira, “no sentido de formar consciência adequada”, apontando que o objetivo da “revolução de 64” seria este. Tal premissa de que se fazia necessário “formar tal consciência” coloca-se bastante evidente ao relembrarmos a criação da *Assessoria Especial de Relações Públicas – Aerp*, em 1968 durante o governo de Costa e Silva. A pedra fundamental desta instância de governo seria o fato de que o Regime gozava de baixa aceitação popular, visto que a repressão passou a se fazer sentir por um número maior de pessoas, deixando rastros de violência, não mais alcançando aplausos de suas práticas por meio do que se convencionou chamar de *Milagre Econômico*, e sim, descontentamento e visão negativa.

A criação desta agência remete-nos à década de 1940, no Regime do Estado Novo quando Getúlio Vargas criou o Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP. Em que pese as diferenças ideológicas e várias outras do ponto de vista da lide com a movimentação popular é possível perceber certa semelhança entre os objetivos e as funções que os dois órgãos (DIP e Aerp) exerceram, cada um à sua época, nos dois regimes autoritários.

Muito embora os chefes da Aerp negassem constantemente qualquer semelhança com o DIP e se empenhassem em não fazer propaganda exaltando os líderes militares, a verdade é que os temas de congraçamento racial, do caráter positivo do povo, do trabalho, da solidariedade e outros [...] estavam presentes na propaganda do Estado Novo. Mesmo a ausência de propaganda personalista – sempre apresentada como prova da diferença entre Aerp e o DIP – deve ser vista também de outro ponto de vista: seria muito difícil sustentar um tal tipo de propaganda num veículo como a TV. A maior diferença entre a propaganda do DIP e da Aerp está, aliás, na questão técnica.¹⁴

A afirmação do historiador Carlos Fico merece uma reflexão, no caso do jornal aqui analisado, uma vez que a propaganda do Regime Militar inserida n’ *O Estado de Mato Grosso* é de uma notória divulgação de que o país estaria sob o comando de um grande líder. Em várias publicações encontram-se matérias somente dedicadas às viagens do presidente, ressaltando sempre as supostas recepções festivas e calorosas proporcionadas pelo povo. Percebe-se também como é enaltecida a figura do chefe, através do uso perspicaz da língua no emprego de algumas palavras como “serenidade” atribuídas a Médici diretamente e “o interesse em solucionar problemas” por parte do “chefe da nação”. Assim, os objetivos da Aerp podem ser percebidos também nas publicações do jornal do qual propomo-nos a analisar, mas não podemos ainda afirmar se havia, de fato, alguma relação da Aerp com o jornal objeto desta pesquisa.

¹⁴ FICO, Carlos. “*Reinventando o Otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil.*” 1ª Ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997.

Cuiabá (Domingo), 7 de Junho de 1970 — Ano XXXI — Nº 5.731

Recife Viveu Ontem Momentos de Júbilo Para Receber Médici



que do chefe da Nação, que foi inicialmente cumprimentado pelo governador Nilo Coêlho, seguido do general Arthur Candal da Fonseca, comandante do IV Exército, do brigadeiro Marcelo Kesar Leal de Coqueiro, e o almirante Gualter Menezes Magalhães. Executado o Hino Nacional o chefe da Nação foi saudado por uma salva de tiros, por uma unidade do Regimento de Obuzes passando em seguida revista à tropa do Exército da Aeronáutica e da Marinha formada em sua honra. Inúmeras autoridades civis, militares e eclesásticas de Pernambuco estiveram presentes ao desembarque do presidente da República.

NA SUENE

Tão logo desembarcou, o chefe da Nação rumou diretamente para a sede da SUDENE, acompanhado do governador Nilo Coêlho, e lá foi recebido pelos governadores nordestinos, representantes de órgãos regionais, todo o conselho deliberativo da SUDENE e o superintendente do órgão, general Tácito de Oliveira. Os trabalhos foram iniciados com um importante pronunciamento do governador Nilo Coêlho, de Pernambuco.

Figura 2 - Jornal *O Estado de Mato Grosso*, 7 de junho de 1970.

A mesma concepção de enaltecimento do líder proposta pelo DIP de Vargas é claramente assimilável nas publicações de *O Estado de Mato Grosso*. Neste sentido é válido considerar uma afirmação de Daniel Aarão Reis Filho acerca da questionável ideia de que o período autoritário iniciado em 1964 pode ser compreendido como um parêntese na história do Brasil; percebe-se, ao fazer tal associação, apenas mais uma das características de perpetuação da violenta maneira com que a tradição política brasileira segue uma linha embasada sempre nos moldes do autoritarismo. “*Em suma, a mudança garantiu a continuidade, em novos termos, da velha combinação entre “moderno” e “arcaico” que marca a sociedade brasileira.*”¹⁵

¹⁵FILHO, Daniel Aarão Reis. “*A Ditadura que mudou o Brasil: cinquenta anos do golpe de 1964*”. Rio de Janeiro. Zahar, 2014 p. 8.

Elio Gaspari chama a atenção para o fato de que, enquanto a economia dava seus altíssimos saltos na esfera do capitalismo internacional, nos porões da Ditadura, onde ela se fazia diretamente violentando o físico e o psíquico de homens e mulheres perseguidos, encarnava-se não as estatísticas econômicas, mas sim, o espírito da brutalidade. Posto isso, o que se pretende chamar atenção aqui é o preço que se pagou para o ápice do capital do qual o país experimentara naqueles tempos. “*O Milagre Brasileiro e os Anos de Chumbo foram simultâneos. Ambos reais coexistiam negando-se. Passados mais de trinta anos, continuam negando-se. Quem acha que houve um, não acredita (ou não gosta de admitir) que houve o outro.*”¹⁶



Figura 3 - Jornal *O Estado de Mato Grosso*, 1970.

Este tipo de publicação acerca do suposto desenvolvimentismo é recorrente no jornal *O Estado de Mato Grosso* difundindo as ideias de progresso do país, embasados no discurso dos militares da repressão, através dos investimentos na siderurgia, como as usinas de Volta Redonda no Rio de Janeiro, na construção das grandes rodovias, como a Transamazônica, Cuiabá-Santarém, Cuiabá-Porto Velho; hidrelétricas como a usina de Itaipu no Paraná, entre outros.

Os militares brasileiros e seus aliados civis lograram deslanchar um processo de modernização que implicou mudanças importantes na infraestrutura do país, com repercussões principalmente na economia, nas comunicações, no aparato tecnológico e científico, na indústria cultural, entre outros. No entanto, tal projeto modernizador teve como par inseparável a conservação e a consolidação dos pilares tradicionais da ordem social, cuja base e a exclusão de parte das classes subordinadas e a incorporação subalterna dos segmentos populares mais afortunados.¹⁷

¹⁶GASPARI, Elio. “*A Ditadura Escancarada.*” Editora Companhia das Letras. São Paulo. 2002

¹⁷FILHO, op. cit. 2014, p. 8.

Números que apontam para grades saltos no *ranking* da economia mundial são expostos no sentido de legitimar, de certa forma, a continuidade do processo iniciado através do golpe de Estado. Representado neste jornal está o Brasil grandiloquente, o país que, sob a direção dos militares “*vai para frente*”, país que “*ninguém segura*”. Pensando mais uma vez a ideologia com Terry Eagleton, concordamos com o autor, ao relacionarmos as práticas do jornal *O Estado de Mato Grosso* com a difusão da propaganda do progresso e a ideia posta de maneira positivada de modernidade durante o Regime Militar no Brasil.

A condição de ser oprimido tem algumas pequenas compensações, e é por isso que às vezes estamos dispostos a tolerá-la. O opressor mais eficiente é aquele que persuade seus subalternos a amar, desejar e identificar-se com seu poder; e qualquer prática de emancipação política envolve, portanto, a mais difícil de todas as formas de liberação, o libertar-nos de nós mesmos.¹⁸

Em “*Sertão, fronteira, Brasil: imagens de Mato Grosso no mapa da civilização*” Lylia Galetti buscou mostrar os modos como a sociedade mato-grossense experienciava a dita modernidade.

A velocidade das transformações econômicas, sociais e culturais que então sacudiam a sociedade mato-grossense conformava uma realidade complexa e estonteante, tanto para os que acabavam de chegar quanto para os que ali já viviam. Estradas de “penetração”, que completariam a malha rodoviária iniciada nos anos 50 e 60 do século XX, rasgadas nos cerrados e florestas do território mato-grossense, principalmente em direção ao Norte e Nordeste, cumpriam os planos de integração nacional dos governos militares.¹⁹

A ideia da modernização conservadora aparece evidenciada ao percebermos que o povo era compreendido como uma suposta “*massa que passava nos projetos do futuro*”²⁰ dirigida conforme as vontades do governo, objetivado a obter êxito em seus planos faraônicos no que tange à integração muito mais do ponto de vista econômico que social.

O impacto dessas transformações sobre a percepção dos mato-grossenses, e em especial dos cuiabanos, acerca de seu próprio espaço social foi o aspecto da realidade da fronteira, [...]. Naquele momento, quase todos pareciam tomados por um desejo insaciável de falar e de mostrar aos de fora (quando estes se dignavam a ouvi-los) a cultura local, os costumes e modos considerados típicos de Mato Grosso – as artes, saberes e fazeres de seu povo simples – os lugares onde essas manifestações culturais “ainda” existiam e resistiam, e sobre como era Cuiabá “antes de tudo isso” e como tudo vinha mudando tão rapidamente.²¹

Evidencia-se, portanto, a necessidade de se apegar aos costumes quais se perdiam com uma fluidez jamais imaginada nestas terras em tempos autoritários. Esse apego tem intrínsecas

¹⁸ EAGLETON, Terry. “*Ideologia: uma introdução*.” Tradução: Silvana Vieira, Luís Carlos Borges. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo, 1997.

¹⁹ GALETTI, Lylia da Silva Guedes. “*Sertão, fronteira, Brasil: imagens de Mato Grosso no mapa da civilização*.” – Cuiabá – MT: Entrelinhas. EdUFMT, 2012 p. 22.

²⁰ Música de Zé Ramalho, “*Admirável gado novo*”, do álbum “*A peleja do diabo com o dono do céu*”, 1979.

²¹ GALETTI, op. cit. 2012, p. 23.

relações com uma subjetividade, que, diante da modernidade que chegava como um rolo compressor dava seus últimos suspiros na busca por uma mínima permanência, desvalorizada totalmente em detrimento do suposto progresso. A explicitação de que o “sólido”, a lide com a vida antes do novo vir a ser, esfacela-se aos novos ares que chegam.

Sobre o período ao qual nos debruçamos é necessário entender que o fenômeno pelo qual passa este estado durante a ditadura tem relações e consequências na *“migração para [...] Mato Grosso, nestes últimos trinta anos, estimulada por ações governamentais que, ou motivadas por interesses econômicos, ou a pretexto da segurança nacional, levaram a população da região decuplicar.”*²² Estas ações do governo para o aumento no número de habitantes na região liga-se ao plano iniciado:

“após 1937, com a ‘Marcha para o Oeste’, quando as tentativas de ocupar e atrair investimentos para sua área norte (atual estado de Mato Grosso), se intensificaram, mas os efeitos concretos só vieram nos anos 1970, com a transformação da região em ‘Fronteira agrícola’ e fartos incentivos do governo aos empresários, viabilizados por órgãos como a SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) e a SUDECO (Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste).”²³

As transformações por que também passava fisicamente a cidade de Cuiabá é descrita na obra *“A catedral e a cidade: uma abordagem da educação como prática social”*, onde a professora Ludmila Brandão chama a atenção para que a invasão especulativa sobre o estado no momento da posse dos territórios de fronteira pelo Governo Federal, interessado em expandir os limites de produção, arrecadação e expansão do capital, refletiu diretamente nos moldes como a suposta modernidade deveria ser encarada na arquitetura da capital. Tendo em vista a onda de demolições das características coloniais, surge o embrionário movimento pela preservação do centro histórico de Cuiabá no sentido de não se deixar romper totalmente com o que, representativamente era a cidade na sua origem; Cuiabá passava então a reunir modernidade, símbolo de novo e atual, juntamente a vestígios do passado, lado a lado, em um explícito movimento ambíguo.

A violenta transformação experimentada pela sociedade mato-grossense com as políticas do Regime Militar para o Centro-oeste e em especial as regiões de fronteira, de interesse quase inato ao projeto de expansão da Ditadura é exposta nos estudos da professora Ludmila Brandão, onde, sobre as décadas que precederam o crescimento desordenado da capital de Mato Grosso e sobre o momento posterior à objetivação do Governo Federal para com este estado, *“ressalta que o projeto foi tão célere, que ‘qualquer urbanista europeu insistiria em*

²² JOANONI NETO, Vitale. *“Fronteiras da crença: Ocupação do norte de Mato Grosso após 1970”*. Cuiabá: Carlini e Caniato Editorial; EdUFMT – Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 2007.

²³ JOANONI NETO, op. cit. 2007 p. 20.

conferir na fonte a veracidade nos dados’’, quais sejam os números: 57 mil habitantes em 1960 para 103 mil aproximadamente em 1970.²⁴

As consequências inevitáveis da expansão capitalista em Mato Grosso pensada a partir das forças conservadoras que no momento governavam o país refletem na configuração urbana da capital dos dias atuais.

Cuiabá – cidade do tempo da mineração, que ao longo de séculos foi se constituindo em torno de um núcleo central, no qual estavam sediados os principais poderes político, religioso e policial – chegou ao século XX guardando ainda essa centralidade. No entanto, o acirramento das relações capitalistas em terras mato-grossenses, facilitado pelo governo militar, impôs a descentralização. Para contribuir com esses planos, os técnicos arquitetos e urbanistas, principalmente, deram o seu diagnóstico: o Centro criava um nó na cidade. Os técnicos olhavam para o Centro com olhos de quem havia se acostumado com a velocidade, de quem havia aprendido que não se pode perder tempo, tempo é dinheiro. Assim, era preciso desfazer o nó.²⁵

O “nó” se desfazia com a retirada das repartições públicas da burocracia do Estado do centro para o novíssimo Centro Político e Administrativo, longe da antiga região histórica de onde partia a administração e para além dos limites da cidade, que não tardou em alcançá-lo.

Apresentamos aqui as matérias relacionadas diretamente com a ideia de progresso e de modernização do estado de Mato Grosso, das quais pretendemos fazer minimamente uma análise; concentra-se a pesquisa nas matérias publicadas nos anos de 1970 e 1971. Buscamos refletir acerca do que se concebe enquanto superação do atraso em relação às demais regiões do centro-sul e quais ideias fazem-se presentes sobre o que seria, de fato, entendido como processo de modernização em Mato Grosso. Não dissociando do contexto ao qual nos engendramos a analisar, faz-se necessário que algumas características dos discursos propagados sobre o regime sejam aqui abordadas, uma vez que estavam inseridas nas matérias de *O Estado de Mato Grosso*.

O ufanismo nas matérias do jornal durante o Regime Militar assimila-se às frases de efeito difundidas em todos os meios de informação de norte a sul do país. Frases como “*Quem não vive para servir ao Brasil, não serve para viver no Brasil*”, “*Este é um país que vai para frente*”, “*Brasil: ame-o ou deixe-o*”, esta última é aqui reformulada em âmbito regional, como “*Cuiabá: ame-a ou deixe-a*”. “*Ninguém mais segura este país*”, frase cunhada por Garrastazu Médici é propagada também como “*ninguém segura mais o norte de Mato Grosso*”.

²⁴ BRANDÃO, Ludmila L. “*A catedral e a cidade: uma abordagem da educação como prática social*” Cuiabá: EdUFMT, 1997. Apud. ALVES, Laci Maria Araújo. “*Movimentos sociais em Mato Grosso: Desafios e Conquistas*”. Cuiabá. EdUFMT. 2008. P. 74.

²⁵ ARRUDA, Márcia Bomfim. “*As engrenagens da cidade: centralidade e poder em Cuiabá na segunda metade do século XX.*” – Cuiabá: Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2002. p. 141.

Ao serem representações da ideologia de um regime autoritário, estas frases inserem-se no que Roger Chartier chamou de *perversão da representação*, uma vez que, neste sentido, “*transforma-se em máquina de fabricar respeito e submissão, em um instrumento que produz uma imposição interiorizada, necessária lá onde falta o possível recurso à força bruta.*”²⁶ Analisando o material elencado no Arquivo Público de Mato Grosso, o que se percebe é que a ideia de progresso estava, entre outras, bastante associada à “superação” em relação a Campo Grande no que tange ao pioneirismo tecnológico, número de moradores (eleitores) e conseqüentemente tamanho da cidade; em outras palavras, a busca pelo status de capital do estado, cidade moderna, se ligava ao maior grau de “importância” entre Cuiabá e Campo Grande. Essa preocupação evidencia-se ao informar que se fazia urgente que a capital aumentasse seu número de eleitores, uma vez que, como sede administrativa, seria inadmissível que outra cidade tivesse maior participação na política.

As publicações de, tanto reivindicação de serviços públicos quanto de enaltecimento do governo (estadual, municipal e/ou federal) apresentam uma visível afeição pela ideia de progresso. Em alguns textos publicados, evidenciam-se teses rechaçando o que possa ainda representar algum aspecto de “mundo rural” na capital de Mato Grosso. Deste prisma cancela-se a tese de que a compreensão de “lugar moderno” está diretamente ligada à ideia de urbanidade, de afastamento e separação entre mundo urbano e mundo rural. Liga-se também à imagem da movimentação da cidade grande, inserida no mundo capitalista e, logo, à concepção de que a modernidade é, portanto, a vida moldada pela sociedade capitalista.

²⁶ CHARTIER, Roger. “*À Beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes.*” Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

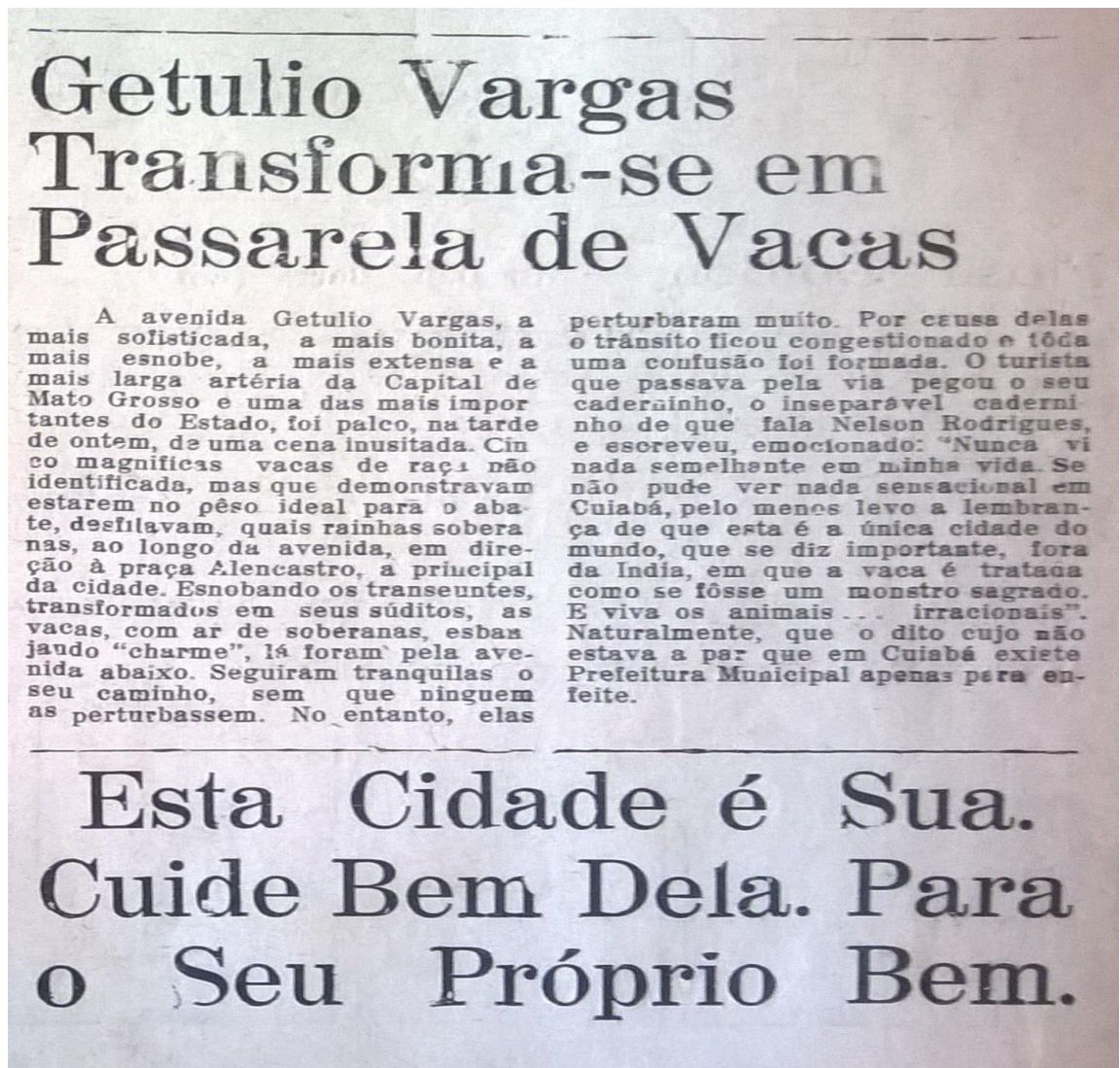


Figura 4 - Jornal O Estado de Mato Grosso, 02 de julho de 1970.

Na imagem acima (figura 4), a crítica a uma situação em que algumas vacas que passavam na avenida Getúlio Vargas, principal da cidade, no centro de Cuiabá, o que simboliza uma explícita repulsa ao fato de que, representativamente, o mundo rural (atrasado) estava ainda inserido na capital de Mato Grosso (que urgia por ser moderna e urbana). A preocupação se mostra maior com o fato de que esta imagem de cidade atrasada estaria supostamente sendo assimilada pelo turista, que na ocasião admirou-se com o fato de que uma cidade importante como Cuiabá ainda não conseguira se dissociar daquilo que não condizia com a modernidade; além de tudo isso, culpa-se o poder público pelo fato de não efetivar, aqui, o trabalho necessário de separação entre o mundo rural e o urbano.

A construção da Rodovia Transamazônica foi, de certa forma, festejada pelo jornal, uma vez que não são poucas as matérias que tratam deste assunto, sempre no sentido de reforçar o apoio à execução da obra como sendo ela fundamental para o progresso tanto no Norte do país

como no próprio estado de Mato Grosso. O imaginário construído sobre o que poderia vir a ser a região da Floresta Amazônica tendo não mais como característica o “vazio demográfico” preponderante, segundo as autoridades e editores do jornal, mas sim, a ocupação e o povoamento propiciando, portanto, a inserção da “civilização” e “desenvolvendo” progressivamente o lugar “mais atrasado” do país, que hora se modernizava. As matérias analisadas evidenciam que, no bojo dos projetos de integração incrustados na *Doutrina de Segurança Nacional*²⁷ tendo a Amazônia como o desafio, a meta a ser atingida durante o governo Médici é bastante recorrente. Os migrantes incentivados a ocuparem territórios no estado são chamados de Colonos, (em algumas matérias, chamados de “Novos Bandeirantes”) uma vez que a ideia de desbravamento da região se fazia ainda bastante arraigada ao “mito dos heróis”, primeiros não-índios a invadirem as matas por onde hoje se erguem as principais cidades de Mato Grosso e onde se cultivam as maiores lavouras, características do processo de apropriação da chamada Nova Fronteira Agrícola.



Contudo, o processo de colonização do interior do estado após a Marcha para o oeste e no contexto da propaganda sobre o “vazio demográfico” nesta região não se deu de forma pacífica.

Os conflitos no processo de colonização de Mato Grosso estiveram relacionados à conquista do Eldorado, a partir de diferentes perspectivas: de um lado, os latifundiários contavam com os poderes constituídos, com uma proposta de expandir as fronteiras do capital; de outro, pequenos produtores, povos indígenas e posseiros apoiados por algumas representações da Igreja Católica, perseguindo o sonho de um pedaço de terra como garantia de um futuro melhor.²⁸

É importante ainda ressaltar que o dito progresso advindo a partir da propaganda que incentivava a migração sulista (e de outras regiões) para o estado durante o Regime Militar tem relação com as permanências da cultura de violência sob a justificativa de uma suposta

²⁷ Ver GASPARI, Elio “*A ditadura envergonhada*”. — São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

²⁸ ALVES, Laci Maria Araújo. “*Sonhar e fazer: experiências de mulheres e de homens na luta por moradia em Rondonópolis – MT (1974-1989)*”. Cuiabá. EdUFMT. 2008. P. 89.

hierarquia econômica que, no Brasil associa-se ao passado escravista, fundante dessas relações de poder. Em Mato Grosso:

A fronteira construída em nome da modernidade, símbolo do avanço da frente de expansão do capital faz uso indiscriminado de relações de trabalho coloniais. E que não se diga que tais casos são exceções. O Brasil tem sido denunciado internacionalmente e por anos seguidos pela quantidade de trabalhadores submetidos à condição de escravos. Os casos recentes de aviltamento de direitos, [...] são, na verdade, permanências.²⁹

O processo pelo qual passou o estado de Mato Grosso para se inserir no mundo capitalista é chamado aqui de “Modernização conservadora”. José Murilo de Souza Pires ao realizar estudos sobre a formação deste termo e sua utilização na bibliografia internacional e brasileira, chama a atenção para o fato de que, na Alemanha e Japão, “o processo de modernização conservadora conduziu, então, estes países para a formação de uma sociedade industrial moderna, mas com uma estrutura política conservadora, fato que as conduziu ao nazi-fascismo.”³⁰

Para que a velha ordem social no campo se mantivesse, “a estratégia de modernização conservadora, assim chamada, porque, diferentemente da Reforma Agrária, tem por objetivo o crescimento da produção agropecuária mediante a renovação tecnológica, sem que seja tocada ou grandemente alterada a estrutura agrária³¹, permanece ainda a antiga hierarquia “senhor e servo”.

Tal projeto modernizador teve como par inseparável a conservação e a consolidação dos pilares tradicionais da ordem social, cuja base e a exclusão de parte das classes subordinadas e a incorporação subalterna dos segmentos populares mais afortunados. Uma modernização conservadora, portanto, e acima de tudo autoritária, pois os projetos de desenvolvimento foram comandados pela tecnocracia civil e militar, e as dissensões não passíveis de incorporação foram entregues à máquina repressiva (também ela modernizada naqueles anos).³²

Portanto, esta ideia é pensada aqui a partir da segregação de classes, reafirmando a opressão de uma mínima burguesia sobre a maioria de migrantes pequenos produtores que a este estado chegaram trazidos quase que forçadamente, em virtude das precárias situações onde o espaço já havia sido grandemente dominado pela elite agrária (regiões sulistas principalmente).

²⁹JOANONI NETO op. cit. p. 75.

³⁰PIRES, Murilo José de Souza. “O Termo ‘Modernização Conservadora’: sua origem e utilização no Brasil.” Revista Econômica do Nordeste, vol. 40, nº03, julho/setembro 2009.

³¹GUIMARÃES, Alberto Passos. “O complexo agroindustrial”. Revista Reforma Agrária, ano 7, n. 6, nov./dez. 1977 apud. PIRES, Murilo José de Souza; RAMOS, Pedro. “O termo ‘Modernização Conservadora’: sua origem e utilização no Brasil.” Revista Econômica do Nordeste, vol. 40, nº 03, julho/setembro 2009.

³²FILHO, Daniel Aarão Reis. “A Ditadura que mudou o Brasil: cinquenta anos do golpe de 1964”. Rio de Janeiro. Zahar, 2014 p. 8.

As cidades do estado que receberam os deserdados do campo, vítimas da modernização conservadora da agricultura em Mato Grosso cresceram de maneira desordenada. Foi com o “*modelo de modernização conservadora do Regime Militar, atendendo aos interesses que promoviam o pacote tecnológico da revolução verde [...], que se acentuou o significado da migração rural-urbana e da concentração em cidades cada vez maiores.*”³³



Em 1971 Cuiabá tinha, segundo o jornal, um número de moradores que não condizia com o título de capital. Este problema é exposto nas matérias como algo a ser urgentemente superado. Assim, no momento já exposto sobre a chegada das grandes levas de migrantes para o interior do estado, e em seguida, para as cidades, como resultado do não acesso à terra, as previsões sobre o alavancamento estatístico dos números da população cuiabana eram recebidas como as reais e positivas para o momento.

Quem pensasse que este aumento não se daria da maneira esperada, no jornal, era chamado de pessimista. Assim, o fenômeno é entendido como o mote essencial do quanto a cidade “progredirá” (progrediria). A previsão para a década seguinte (1980) era de uma população de 250 mil pessoas, que, na ocasião, seria a maior aglomeração urbana do estado.

Na defesa desse aumento populacional estava intrínseco a premissa de um crescimento urbano, logo, de uma aceleração do tempo com que se experienciava a cidade, bem como o estado de Mato Grosso a “caminho” do progresso.

O futuro desse progresso é caracterizado por dois momentos: por um lado, pela aceleração com que se põe à nossa frente; por outro lado, pelo seu caráter desconhecido. Pois o tempo que se acelera em si mesmo, isto é, a nossa própria história, abrevia os campos de experiência, rouba-lhes sua continuidade, pondo repetidamente em cena mais material desconhecido, de modo que mesmo o presente, frente à complexidade desse conteúdo desconhecido, escapa em direção ao não experimentável³⁴.

³³MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo Coutinho. “*Os impactos sociais da modernização agrícola*”. São Paulo: Caetés, 1987. Apud. PIRES, Murilo José de Souza; RAMOS, Pedro. “*O termo ‘Modernização Conservadora’: sua origem e utilização no Brasil.*”

³⁴KOSELLECK, Reinhart. “*Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.*” Rio de Janeiro, Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006, p. 37.

O crescimento desordenado da região metropolitana de Cuiabá, que na década 1970 era saudado e entendido como necessário ao progresso reflete no Índice de Desenvolvimento Humano atual da região, a qual as diferenças não podem ser menosprezadas. Nas estatísticas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, em 2013, a diferença entre o IDH de Cuiabá e Várzea Grande, as duas maiores cidades do estado e que formam uma conurbação, tendo como divisor de seus perímetros urbanos apenas o rio Cuiabá é assustadora: “*Cuiabá ocupa a 92ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM; Várzea Grande ocupa a 920ª.*”³⁵

O movimento que se faz aqui de reflexão sobre as consequências da modernização nos moldes como esta foi pensada nesse estado nada mais é do que a tentativa de atribuir sentidos às maneiras com as quais a população migrante foi aqui aviltada em seus direitos, tanto do ponto de vista do acesso à terra e à vida nas maneiras sonhadas, quanto ao abandono desta população por parte do Estado, que limitou de sobremaneira as políticas públicas necessárias para que o abismo apontado pelo IPEA em 2013 não viesse a existir. Várzea Grande pode ser compreendida aqui como uma extensão da periferia da capital mato-grossense, e, sendo assim, recebeu também grande parte dos migrantes deserdados da terra no interior.

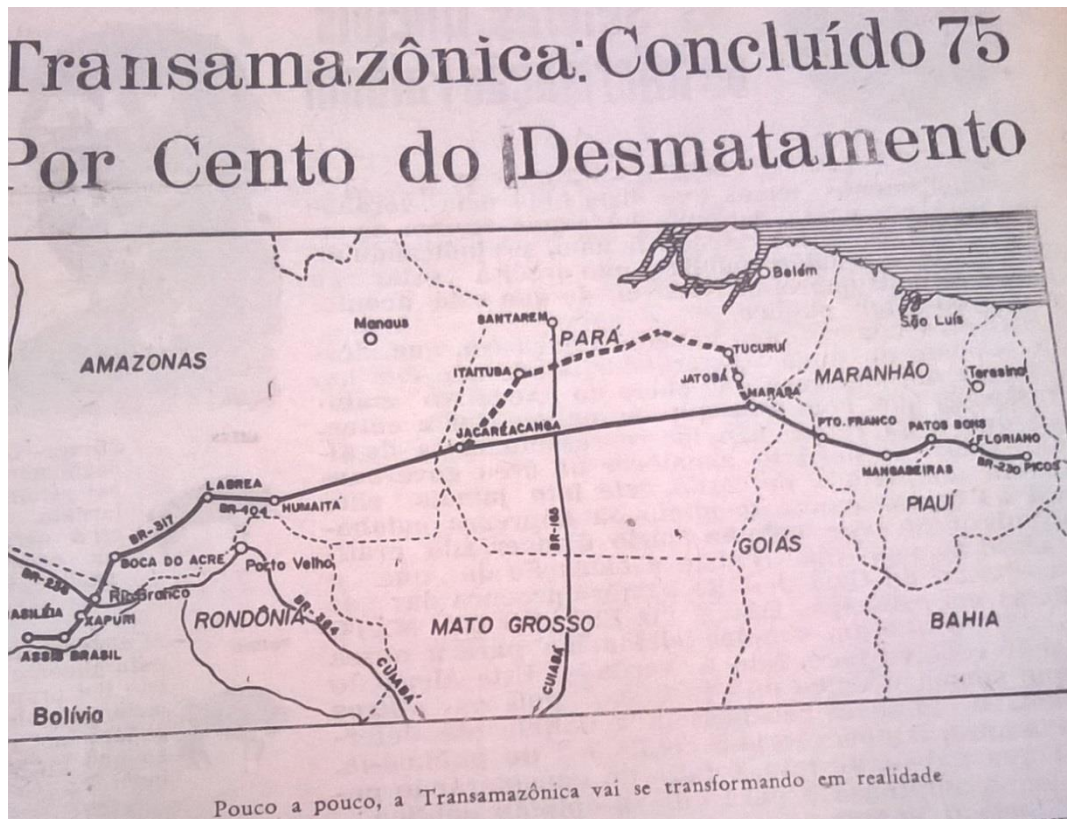
Compreendemos a modernização sobre a Fronteira, portanto, não mais como uma transformação total e irrestrita, mas sim, edificada nos processos ambíguos de mudança voluntária (através do Estado) e involuntária (através da lide como o novo, o desconhecido), objetiva, mas também subjetiva, ao mudar os modos de se relacionar com uma dada localidade e suas práticas culturais, muitas vezes destruídas pelo dito progresso. “*A fronteira é, no fundo, exatamente o contrário do que proclama o seu imaginário e o imaginário do poder que muito frequentemente se infiltra no pensamento acadêmico.*”³⁶ O local do novo, da transformação positivada pelas propagandas ganha traços de conservação das velhas forças dominantes (classes dominantes do poder econômico) que concentram e destilam por onde se inserem, submissão e submetendo à servidão arcaica aqueles vitimizados pelo processo de modernização.

O progresso que se anunciava chegar a Mato Grosso em meados de 1970 difere-se muito da ideia com a qual se concebe hoje este conceito. Após ter chegado a nós a alarmante questão das transformações climáticas no planeta em virtude da ação do homem, conceitos como o desmatamento, por exemplo, hoje tão rechaçado moralmente, era colocado como meio

³⁵ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/>; Acesso em 26/11/2014.

³⁶ MARTINS, op. cit. 2009, p. 14.

fundamental para o rompimento entre arcaico e moderno, fixando o homem na condição de dominador da natureza.



Em matéria publicada no ano de 1970, o jornal informava que o desmatamento para a construção da rodovia Transamazônica estava em plena ação. Acerca de uma possível análise do campo discursivo, neste caso:

“trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui.”³⁷

Conclui-se que também a língua se transforma para legitimar ideias a serem aceitáveis: na segunda metade do século XX, desmatava-se para o progresso; no século XXI, preserva-se para o amanhã.

“Cada processo discursivo, portanto, está inscrito em relações ideológicas e será internamente moldado pela sua pressão. A própria linguagem é um sistema “relativamente autônomo”, compartilhado igualmente por operário e burguês, homem e mulher, idealista e materialista, mas, justamente porque forma a base comum de todas as formações discursivas, torna-se o veículo de conflito ideológico.”³⁸

³⁷ FOUCAULT op. cit. 2008, p. 31.

³⁸ EAGLETON op. cit. 1997, p. 173.

Inaugurado na década de 1970, o desmatamento (como entendemos o termo hoje) após a colonização da região amazônica atinge índices assustadores, como consequências óbvias do processo financiado pela Ditadura Militar:

O bioma amazônico brasileiro perdeu, desde 1970, cerca de 20% de sua área de cobertura florestal e aproximadamente 40% das áreas de cerrado já está sendo utilizada para fins agrícolas. [...] No que se refere às emissões de dióxido de carbono e gás metano, trata-se de uma das fronteiras agrícolas mais problemáticas do mundo, sendo o Brasil o maior emissor de gases do efeito estufa relacionados à mudança do uso da terra (*World Resources Institute - WRI, 2013*). A presença da Amazônia no controverso processo pós-Kyoto evidencia sua relevância e a classifica, nestes tempos de integração das questões político-climáticas, como *hot spot* do debate sobre mudanças globais.³⁹

Aqui percebe-se que a atuação de um certo órgão que, ao que tudo indica, aliado ao Estado (neste caso a imprensa) interfere na relação entre sujeito e política de uma forma capaz de modificar as maneiras com as quais uma realidade é compreendida por cada sujeito suscetível aos ideários de representação, qualquer que seja ela.

O Estado, aliado às empresas particulares de colonização, lançam mão de uma ostensiva propaganda que aponta a Amazônia como um espaço vazio a ser incorporado aos demais centros produtivos, e que estimulando os agricultores de áreas empobrecidas, a se tornarem colonos, nos projetos de colonização do INCRA e das cooperativas de colonização na Amazônia. O prêmio para os que aceitassem era a possibilidade de explorar as riquezas da Amazônia.⁴⁰

A Ditadura instaurada em 1964 no Brasil, portanto, interferiu de maneira direta em todas as formas possíveis com as quais sujeitos experienciam e justificam sua existência no mundo. Além dos torturados, assassinados, presos e exilados durante o Regime Militar, neste trabalho buscou-se fazer minimamente um reconhecimento de uma população aviltada das suas práticas culturais sob a justificativa da chegada de um progresso, que para eles, jamais chegou, em contraponto às imagens positivadas de um Regime Autoritário implementado violentamente contra uma democracia que se buscava fortalecer no início de 1960.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho objetivou-se estabelecer uma relação entre a imprensa mato-grossense e o Estado, pensando como o jornal *O Estado de Mato Grosso* atuou durante os anos de 1970 e 1971, quando o Brasil vivia a Ditadura Civil-militar. Neste sentido, apresentamos como a imprensa representou a ideia de progresso, discurso característico dos Anos de Chumbo.

³⁹ COY, Martin; KLINGLER, Michael. “*Frentes pioneiras em transformação: o eixo da BR 163 e os desafios socioambientais.*” In: Revista Territórios e Fronteiras. Cuiabá, vol. 7. N. 1, abril 2014.

⁴⁰ SANTANA op. cit. 2009, p. 05.

Na perspectiva de perceber as práticas discursivas do jornal objeto da pesquisa, apresentamos como a tese do progresso foi difundida em Cuiabá nos anos 1970/1971 e quais as consequências disso na capital, bem como em todo o estado, que recebeu grande número de migrantes vindos seduzidos por estes discursos. A título de resultado da pesquisa, concluímos que o jornal *O Estado de Mato Grosso* publicou matérias em que aparecem uma defesa dos projetos da Ditadura, como a construção da Rodovia Transamazônia, que, no contexto, aparecia como promessa de progresso.

Para refletirmos sobre o legado da Ditadura Militar basta-nos perceber que as transformações nas quais os sujeitos inseridos no contexto não se deram de maneira anunciada, planejada pelos mesmos, mas sim, inseriu pessoas em projetos muitas vezes incapazes de garantir a dignidade com que populações buscavam viver suas vidas. Os modos como o autoritarismo pesou diretamente sobre cada uma das pessoas envolvidas nas rápidas transformações refletem hoje nas maneiras como gerações posteriores lidam com os espaços mapeados por este projeto de modernização a todo custo.